



COMUNICADO DE IMPRENSA DA SCEAM SOBRE A 7.^a CIMEIRA UA-UE EM LUANDA

Luanda, Angola, 20 de novembro de 2025

PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA

1. Introdução: Por que a voz da Igreja é importante

À medida que a Cimeira UA-UE se reúne em Luanda, a Igreja Católica em África, representada pelo **Simpósio das Conferências Episcopais de África e Madagáscar (SCEAM)**, dirige-se a todas as pessoas de boa vontade com uma mensagem de preocupação, verdade e esperança. Falamos como uma Igreja profundamente enraizada na vida quotidiana do povo africano, partilhando as suas alegrias e esperanças, bem como as suas dores e ansiedades, particularmente dos pobres e aflitos (cf. *Gaudium et Spes*, n. 1). A nossa responsabilidade moral é informada pelas experiências vividas em todo o continente, através das nossas escolas, universidades, clínicas, paróquias e comunidades.

2. O significado do ano 2025

O ano de 2025 tem um significado particular, uma vez que a União Africana o declarou o Ano da «**Justiça para os Africanos e Pessoas de Ascendência Africana através de Reparações**» e irá lançar a **Década das Reparações (2026-2036)**. O Ano Jubilar da Igreja Católica apela à verdade, à renovação e à justiça reparadora. Na sequência da **COP30 em Belém**, onde as vozes das Igrejas do Sul Global sublinharam a necessidade urgente de justiça ecológica, financiamento climático e respeito pelas comunidades indígenas e locais, a Cimeira UA-UE deve não só negociar, mas também ouvir, recordar e abordar injustiças de longa data.

3. Preocupações com a participação restrita da sociedade civil

A SCEAM é obrigada a destacar as restrições impostas às organizações da sociedade civil no processo oficial da Cimeira. Inúmeras organizações da sociedade civil africana, incluindo aquelas dispostas a autofinanciar a sua participação, foram excluídas. Isso inclui organizações religiosas com uma presença de longa data no terreno, redes humanitárias e de justiça ligadas à Igreja, associações de mulheres e jovens, organizações de agricultores e indígenas, movimentos de desenvolvimento local e órgãos de construção da paz e reconciliação. Esta exclusão levanta uma questão moral crítica: como pode uma cimeira focada no futuro de África excluir aqueles que apoiam diariamente as comunidades africanas?

4. A Cimeira Paralela dos Povos em Luanda

Em resposta à incapacidade da Cimeira oficial de acomodar a sociedade civil africana, foi organizada uma Cimeira Paralela dos Povos na Universidade Católica de Angola, em Luanda, nos dias 19 e 20 de novembro. Esta não é um ato de rebeldia; é uma resposta necessária à insuficiência de canais participativos, à falta de transparência, aos processos tecnocráticos de cima para baixo e ao desequilíbrio de poder entre instituições e comunidades.

5. Responsabilidade histórica e o apelo à justiça reparadora

A Igreja em África espera que a Cimeira UA-UE demonstre honestidade em relação à história e um compromisso genuíno com as reparações, reconhecendo o impacto contínuo do comércio transatlântico de escravos, da escravatura, do colonialismo, do neocolonialismo, da dominação

económica e da extração de recursos como questões de facto histórico e responsabilidade moral. Estamos profundamente preocupados com o facto de a União Europeia não se ter comprometido totalmente com a justiça reparadora para os africanos e pessoas de ascendência africana, apesar de membros importantes terem beneficiado do tráfico transatlântico de escravos e da colonização. O legado desta exploração persiste hoje num sistema comercial injusto e no trauma transgeracional sofrido pelos africanos e pessoas de ascendência africana.

6. Desenvolvimento centrado nas pessoas

Guiada pelo princípio da doutrina social da Igreja da primazia da pessoa humana sobre os sistemas, a SCEAM defende um modelo de desenvolvimento centrado nas pessoas. A declaração conjunta da SCEAM-COMECE-Caritas-CIDSE alerta que muitas iniciativas da UA-UE correm o risco de perpetuar padrões extrativistas; o desenvolvimento deve servir as comunidades, não os interesses geopolíticos. A justiça reparatória é essencial, abrangendo tanto a equidade estrutural como a cura restaurativa.

7. Justiça económica, da dívida e ecológica

A justiça económica e da dívida são cruciais, uma vez que o peso da dívida africana — enraizado na injustiça histórica — requer uma reforma séria por uma questão de justiça, não de piedade. Na sequência da COP30 em Belém, a responsabilidade ecológica deve ser defendida, reconhecendo que a justiça ecológica não pode ser separada da justiça social. As florestas, as fontes de água, os recursos minerais, os pontos críticos de biodiversidade e as comunidades vulneráveis de África nunca mais devem ser sacrificados em nome do lucro, da geopolítica ou de interesses externos. O respeito pela soberania africana e pela soberania do seu povo é vital; a soberania africana pertence não só aos governos, mas também aos seus cidadãos.

8. Conclusão: Rumo a uma parceria reforçada entre a UA e a UE

A Igreja em África espera uma parceria renovada e reforçada entre a UA e a UE. No entanto, isso requer inclusão em vez de exclusão e transparência em vez de opacidade. Uma parceria que ouve as pessoas perdurará; uma cimeira verdadeiramente inclusiva promoverá a confiança e um diálogo enraizado na justiça terá o poder de curar feridas históricas. A Igreja em África está pronta para acompanhar África e a Europa rumo a um futuro de justiça, paz e dignidade humana.

Contato:

Rev. Pe. Uchechukwu Obodoechina

Diretor da Comissão Justiça, Paz e Desenvolvimento do SCEAM

secamjpdcdirector@gmail.com

Tel. +233 55 733 7871

Rev. Pe. Louison Emerick Bissila Mbila, C.S.Sp.

Oficial de Ligação do SCEAM na União Africana

secamaulaisonoffice@gmail.com

Tel. +251 900 485 018

– FIM –